



# Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais

Revista Trimestral

LISBOA

1935

Director

O Inspector das Bibliotecas, Museus e Arquivo  
Histórico Municipais — Joaquim Leitão

N.º 16

Abril  
a Junho

## COLABORADORES

---

A. VIEIRA DA SILVA, AFONSO DE DORNELAS,  
ALBINO FORJAZ DE SAMPAIO,  
ANTÓNIO BALÃO, Dr. ANTÓNIO RODRIGUES CAVALHEIRO,  
ARTUR DA MOTA ALVES, COSTA VEIGA,  
FIDELINO DE FIGUEIREDO, GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA,  
HENRIQUE CAMPOS FERREIRA LIMA,  
JOÃO DA SILVA CORREIA, JUAN TENA FERNANDEZ,  
JÚLIO DANTAS, LARANJO COELHO,  
LUÍS DE FREITAS BRANCO, LUÍS DA CUNHA GONÇALVES,  
LUÍS DE MACEDO, Prof. MOSÉS BENSABAT AMZALAK,  
QUIRINO DA FONSECA, SAMPAYO RIBEIRO,  
JOAQUIM LEITÃO, ETC., ETC.

Oferta  
-11. NOV 1998

# Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais

ANO V

LISBOA ABRIL A JUNHO DE 1935

N.º 16

## O Palácio do Pátio do Saldanha

### Alguns documentos para a sua história

O sítio da Junqueira, desde o século xvii até meados do século xix, constituiu um vínculo ou morgado, administrado pelos descendentes dum valoroso e ilustre fidalgo — António de Saldanha — comendador de Cazevel na Ordem de Cristo, comandante duma das armadas portuguesas enviada ao Mar Roxo e que do seu casamento, em terceiras nupcias, com D. Joana de Mendonça, filha de Aires de Sousa, comendador das Alcáçovas de Santarém, tivera, entre muitos outros filhos, a Aires de Saldanha, Vice-Rei da Índia.

Aires de Saldanha e sua mulher, D. Joana de Albuquerque, filha de D. Manuel de Moura e de D. Isabel de Albuquerque, foram os instituidores do referido vínculo ou morgado, por escritura de 24 de Março de 1600, posteriormente adminis-

trado pelos seus descendentes, sendo o último o Conde da Ega.

Em fins do século xvii, o sítio da Junqueira era quasi um ermo, destacando-se no meio de pequenas casas e casebres, o portão braçado da Quinta do Pátio do Saldanha, dando acesso ao palácio senhorial, hoje em ruínas, mas donde parece exalar-se ainda o perfume das suntuosas festas doutro tempo em que Junot, amando a linda e loura Condessa da Ega, recebia nos salões do palácio grandiosas festas e recepções.

Abandonado por seus proprietários, os Condes da Ega, quando acompanharam para França o General Junot, sofreu ele varias transformações e adaptações, até que Beresford — Marechal General e Marquês de Campo Maior — mani-

festou desejos a D. João VI, de que lhe fôsse feita mercê do referido palácio para sua residência.

Quiz o acaso, que durante os meus estudos nos manuscritos do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, me viesse às mãos um masso de documentos e, entre êles, alguns referentes ao velho Palácio do Pátio do Saldanha, precisamente aqueles que diziam respeito à pretensão de Beresford.

O primeiro documento, o único original existente no masso e que reproduzimos em fotografia, é a resposta do Governo de Lisboa dirigida a D. João VI, então ainda no Brasil, com informações por êste pedidas sôbre o palácio, acompanhada de cópia de outros documentos para uma melhor ilucidação do assunto.

Tais documentos fazem parte da Secção Histórica do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e têm a seguinte catalogação: Masso 3— N.º de Ordem, 40 — Documento n.º 1.730, com treze anexos, e que vamos passar a transcrever.

Não sei se êles terão algum interesse histórico, ou mesmo sejam inéditos para os estudiosos olisipógrafos, mas seja como for, julguei do meu dever tirá-los do esquecimento em que têm vivido e oferecê-los à curiosidade dos investigadores históricos, por intermédio dos «Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico» Municipais, de Lisboa, a quem mais uma vez agra-

deço a benevolência com que têm recebido a minha humilde colaboração.

ARTUR DA MOTTA ALVES

Do Instituto de Coimbra  
Do Instituto Português de Heráldica.

### Documentos

N.º 1730

*Senhor*

Tendo-nos Vossa Magestade ordenado por Avizo do Conselheiro de Estado e Ministro Assistente ao Despacho Marquez de Aguiar em data de 6 de Julho do anno proximo preterito que para haver de tomar a sua Real Deliberação a respeito dos desejos que mostrava o Marechal General Marquez de Campo Maior de que Vossa Magestade lhe fizesse Mercê do Palacio que foi de Aires de Saldanha, com todas as suas pertenças incluindo a Barraca do Giestal, Terrenos Adjacentes, e dando-se-lhe igualmente algumas sobras das Agoas da Real Tapada, e a propriedade dos moveis que se destinarão para seu uzo, informassemos com o nosso parecer, declarando a natureza daquelles Bens, e propondo (quando se verificasse que havia alguns de morgado) a maneira porque poderião ser indemnizados os respectivos successores, com individual menção do valor dos mesmos Bens, e separadamente da importancia total da

Doação para o que devíamos ouvir o Brigadeiro Duarte Jose Fava :

Temos a honra de levar ao Soberano Conhecimento de Vossa Magestade que, constando-nos pela informação aqui junta com o n.º 1 do Dez.ºr Jose Antonio da Silva Pedroza que todos os mencionados Bens erão de vinculo, determinamos ao Dez.ºr Joaquim Antonio de Araujo que ouvindo o immediato successor delle, e procedendo ás averiguações precisas informasse sobre este objecto, ao que satisfez pellos officios n.º 2 dos quais se manifesta que, sendo citado por editos Joaquim de Saldanha e Albuquerque, por se mostrar que era aquelle successor, e ignorar-se o logar certo da sua existencia, comparecera finalmente, offerecendo por seu procurador a resposta por elle mesmo assignada e que tambem vai junta.

Pelo officio do Brigadeiro Duarte Jose Fava que acompanha o do referido Dez.ºr Joaquim Antonio de Araujo verá Vossa Magestade, que o Palacio de que se trata, antes de bemfeiturizado e no estado de ruina em que se achava, valia de renda 480\$000 rs., não entrando humas terras que separadamente andavão arrendadas por 240\$000 rs.; pelo que vem a ser o capital valor destas duas propriedades 14.400\$000 rs., aqual quantia junta á de 3.000\$000 rs. em que foi estimada pelos Mestres da cidade a Barraca do Giestal, segundo informa, e mostra aquelle Ministro faz tudo a somma de

17.400\$000 rs., importancia dos Bens vinculados; mas como a ruina em que se achava era natural que tivesse procedido do uzo a que fora a mesma casa applicada depois da Restauração, servindo successivamente de Hospital, tanto ao Exercito Inglez, como ao Portuguez, é de justiça fazer examinar qual era o valor desta casa no anno de 1807 em que estava arrendada e pelas informações n.º 3 e 4 do Dez.ºr Pedroza, e da Junta de Munições de Bôca, se vê que o Palacio só andava arrendado por 1.600\$000 rs. por anno e as cocheiras e Palheiro huns por 300\$000 rs. e outros por 240\$000 rs.

Em tempo competente fizemos constar a Vossa Magestade que o motivo que nos obrigou a condescender com os desejos do Marechal General Marquez de Campo Maior destinando para seu Quartel General este Edificio que elle escolheu de preferencia a outros q. se lhe prozerao foi a consideração da necessidade que haveria de destinar huma casa propria para a residencia do Comandante em Chefe do Exercito e das diversas Repartições do seu Estado Maior, e he esta mesma consideração, e necessidade a que nos parece que pode obstar a conceder-se-lhe mais que o uzo fructo della, podendo talvez Vossa Magestade agraciá o mesmo Marechal General de algum outro modo mais rendozo para elle, e que não inutilize para o futuro o seu premitivo destino, que não seria

facil de suprir, e que compensaria de algum modo as grandes despesas que se fizerão alli alem da nossa expectativa.

Quando porem Vossa Magestade seja Servido annuir aos desejos do Marechal General concordamos com o parecer do Dez.<sup>o</sup> Joaquim Antonio de Araujo de que o successor do Morgado, depois da morte de Aires de Saldanha deve ser indemnizado com hum Padrão de juro Real da importancia de mais da terça parte que a dos mencionados Bens, visto ser huma subrogação forçada, devendo porem reputar-se o valor do Palacio, e suas pertenças pelo que rendião, ou podião render antes da deterioração cauzada pelo Hospital Militar como deixamos ponderado.

Resta-nos finalmente segurar a Vossa Magestade que toda a Demora que tem havido na execução da Real Ordem q. Vossa Magestade Foi Servido expedir-nos a este respeito procedeo dos motivos que o Dez.<sup>o</sup> Joaquim Antonio de Araujo expõe no § ultimo de sua informação.

A Muito Alta e Muito Poderosa Pessoa de Vossa Magestade Guarde Deos muitos annos como desejamos e havemos mister. Lisboa no Palacio do Governo, em 12 de Setembro de 1816.

Marquez de Borba  
Principal Souza  
D. Miguel Pereira Forjaz

II

Copia

N.º 1

(Com o Off.º n.º 1780)

Ill<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> S<sup>or</sup>. Por escriptura de 24 de Março de 1600 instituiu Ayres de Saldanha, Vice-Rey da India, e sua mulher D. Joanna de Albuquerque, hum Morgado das Terças de seus bens, tomando nellas a sua Quinta das Caldas no sitio da Junqueira, que comprehendia desde as Escadas de Santo Amaro até Belem, e esta mesma instituição rectificou em seu Testamento.

Hum dos seus descendentes João de Saldanha e Albuquerque obteve Alvará de Licença em data de 15 de Janeiro de 1701, para afforar as terras da mesma Quinta, comprehendendo a Praça da Junqueira, que depois se comprou para serviço da Cordoaria, e o terreno dos Quarteis da Ajuda, que foi outorgado por hum Padrão de Tença de 360\$000 rs.

Estando, pois, no centro dessa Quinta o Palacio do Pateo do Saldanha, e Barracas do Sitio do Giestal, não pode entrar em duvida, que tudo hé vinculo, não havendo hum só predio no sitio da Junqueira, que deixe de ser foreiro ao mesmo Morgado, ou administrado pelo Fisco, como tal.

He quanto posso informar a V. Ex.<sup>a</sup> á vista dos titulos que existem. Deos Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>.

Lisboa, 20 de Outubro de 1815.  
 Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>er</sup> D. Miguel Pereira  
 Forjaz — Jose Antonio da Silva Pe-  
 droza.

a) — *Gregorio Gomes da S.<sup>a</sup>*

III

Copia

N.º 2

(Com o Off.º n.º 1730)

Senhor: Mandando V. A. R. re-  
 metter-me por Avizo da Secretaria  
 d'Estado dos Negocios Extrangei-  
 ros e da Guerra na data de 14 de  
 Novembro proximo passado, o Offi-  
 cio incluzo do Dez.<sup>or</sup> Jose Antonio  
 da Silva Pedroza em que informa  
 que o Palacio do Pateo do Saldan-  
 nha, que foi do Ex-Conde da Ega  
 com todas as suas pertenças incluza  
 a Barraca do Giestal, e terras adja-  
 centes são vinculados: He V. A. R.  
 Servido ordenar que eu informe,  
 ouvindo o immediato successor da-  
 quelle Morgado, qual será a ma-  
 neira de poder ser indemnizado  
 quando V. A. R. Haja por bem  
 dispôr da referida Propriedade a  
 favor de diversa pessoa, declarando  
 a totalidade da importancia dos bens  
 vinculados. Logo expedi a Portaria  
 incluza para ser intimado o imme-  
 diato successor, afim de responder  
 em tres dias sobre o que V. A. R.  
 Determina e nomear louvados, que  
 avaliassem a referida Propriedade  
 com os que eu nomeasse por parte  
 de V. A. R.

Informou o escrivão na mesma  
 Portaria, que averiguara, e soubera  
 ser o immediato successor Joaquim  
 de Saldanha, Irmão do Ex-Conde  
 da Ega, o qual fora para França  
 com o nosso Exercito no anno de  
 1808, donde não voltara, nem se  
 sabia se era vivo. Ao negocio tra-  
 tar-se judicialmente, mandava-o no-  
 tificar por Edictos para responder,  
 e louvar-se sob pena de revelia;  
 mas o negocio não he desta natu-  
 reza, e por isso propuz-me fazer  
 a deligencia com os louvados que  
 nomeasse.

Chamando a este fim hum dos  
 avaliadores do Senado para com  
 outros dos Off.<sup>os</sup> competentes hir  
 fazer a avaliação ordenada, e tendo  
 prevenido o Ten.<sup>te</sup> Gen.<sup>ral</sup> Antonio  
 de Lemos Pereira de Lacerda, que  
 assiste em hum dos quartos do  
 Palacio para o mandar franquear  
 quando fossem os peritos, disse-me  
 o Mestre de Obras que chamei que  
 nada podião fazer os peritos sem  
 que fossem presentes alguns dos  
 Aparelhadores que assistirão ás  
 Obras, que se fizerão no Palacio  
 por ordem e á custa de V. A. R. que  
 os informassem do que era bemfei-  
 toria para então avaliarem exacta-  
 mente o que deverá entrar em linha  
 de conta para a indemnisação. Diriji  
 hum officio ao Coronel Duarte Jose  
 Fava, Inspector das Obras Publicas  
 para dispensar no dia, que lhe pa-  
 recesse aquelles Aparelhadores, e  
 estes informarem os Avaliadores,  
 que mandasse á deligencia, mas este

respondeu-me que hum dos Mestres, ou Aparelhadores que tinha trabalhado na Obra era morto, e que os outros estavam commissioned fora desta cidade, e que nenhum auxilio me podia prestar para a m.<sup>a</sup>. diligencia sem que se expedissem as competentes ordens pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra, asseverando-me com ingenuidade que no Arsenal das Obras Militares constava authenticamente o estado de ruina e valor que tinha aquelle Palacio antes da sua reedificação, assim como a despeza que se fizera em o bemfeitorizar para serviço do Quartel General em Chefe.

Nestas circunstancias, Senhor, não posso dar passo, que acertado seja na deligencia de que V. A. R. se Dignou Encarregar-me. E emquanto á indemnisação do Vinculo, lembro-me que ou pode ser indemnizado com hum Padrão de Tença, como informei o Dez.<sup>o</sup> Pedroza que fôra indemnizado o vinculo por occasião dos Quarteis que se fizerão em terrenos do vinculo ou com alguns Bens da Corôa, que restão a vender, e forem iguais em valor ao que V. A. R. Houver por bem dar do vinculo a diversa pessoa. Mandará V. A. R. sobretudo o que fôr Servido.

Lisboa, 14 de Dezembro de 1815.  
O Dez.<sup>o</sup> Joaquim Antonio d'Araujo.

a) — *Gregorio Gomes da S.<sup>a</sup>*

## IV

*Copia.*

O Escrivão das Appellaçoens e Aggravos Manoel Teixeira de Barros intime o immediato successor do Morgado instituido por Ayres de Saldanha, Vice-Rey que foi da India, cujo morgado administrou o Ex-Conde da Ega, para que dentro de tres dias responda sobre a maneira de ser indemnizado cazo S. A. R. Haja por bem dispôr a favor de outra pessoa do Palacio do Pateo do Saldanha com todas as suas pertenças, incluza a Barraca do Giestal, e terras adjacentes, e para que no mesmo prazo nomeie trez louvados, hum carpinteiro, outro pedreiro, e o terceiro Fazendeiro para avaliarem os bens mencionados sob pena de revelia. Lx.<sup>a</sup> 16 de Novembro de 1815 — *Araujo* —.

## V

*Copia*

## Informação

Em observancia da ordem supra passei a fazer exactas diligencias nesta Corte, indagando de pessoas de graduacão, e intelligentes sobre quem seria o immediato successor do Morgado instituido por Ayres de Saldanha, sendo ultimo administrador o Ex-Conde da Ega.

A noticia que achei he a seguinte: Que o d.<sup>o</sup> extincto Conde da Ega tinha hum unico irmão por nome Joaquim de Saldanha, que era mi-

litar nas Tropas Portuguezas, e que no anno de 1808 fôra o dito Joaquim de Saldanha servindo o seu Posto nas Tropas que no d.<sup>o</sup> anno deste Reino partirão para o Serviço do Reino de França e que não havia noticia d'elle, nem se sabia se era vivo. Por cujo motivo não pude cumprir a ordem supra de que V. S.<sup>a</sup> Foi servido nomear-me. Lx.<sup>a</sup> 29 de Novembro de 1815. — *Manoel Teixeira de Barros.*

a) — *Gregorio Gomes da S.<sup>a</sup>*

VI

*Copia*

N.<sup>o</sup> 3

(Com o off.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> 1730)

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> — Não havendo entre os papeis da casa de Ayres de Saldanha assento algum por onde se pudesse averiguar qual foi o preço por que se arrendou parte do Palacio do Páteo do Saldanha antes da sahida de S. Mag.<sup>e</sup> para o Reino do Brasil, entendo que esta falta se puderia supprir pela declaração judicial de Henrique Luis Pereira, criado antigo do mesmo Ayres de Saldanha, que ponho na presença de V. Ex.<sup>a</sup> pela qual se mostra que a parte mais nobre do Palacio foi arrendada por hum conto, e seiscentos mil reis por anno, á excepção das cocheiras, palheiro, e armazens, que estavam alugadas pela Administração do Assento, ou Junta das Munições de Bôcca por quantias

que só a mesma Administração poderá declarar e todo o resto do Palacio ficou occupado pela Familia, que o mesmo Ayres de Saldanha deixou ficar q.<sup>do</sup> sahio p.<sup>a</sup> Espanha, não se podendo averiguar quanto valeria de renda esse resto occupado, porque nunca se arrendou, e presentemente se acha alterado com a reforma do Palacio. He o que posso informar a V. Ex.<sup>a</sup> D. G.<sup>o</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Lx.<sup>a</sup> 5 d'Agosto de 1816. Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> D. Miguel Pereira Forjaz — *Jose Antonio da S.<sup>a</sup> Pedroza.*

a) — *Gregorio Gomes da S.<sup>a</sup>*

VII

*Copia*

N.<sup>o</sup> 4

(Com o off.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> 1730)

Senhor: Por Avizo do Sectr.<sup>o</sup> do Governo, Encarregado da Repartição dos Negocios Extrangeiros, e da Guerra de 12 de Agosto proximo, he V. Mag.<sup>e</sup> Servido Ordenar — Que esta Junta informe pela Secretaria d'Estado da mesma Repartição declarando a quantia por que tinha alugado as cocheiras, palheiro e Armazem do Palacio que foi do Ex-Conde da Ega no Pateo do Saldanha ao tempo da partida de V. Mag.<sup>e</sup> para os seus Estados do Brasil.

Participada esta Real Ordem á Administração dos Provimientos na Corte e Extremadura, esta informa nos termos seguintes — Consta nesta

Administração que se occuparão diversos alojamentos no Palacio que foi de Ayres de Saldanha arrendados huns por 300\$<sup>rs.</sup>, e outros por 240\$<sup>rs.</sup> p.<sup>r</sup> anno, e consta do Feitor encarregado dos Palheiros de Belem, a cargo de quem estiverão os d.<sup>os</sup> alojamentos que forão occupados por todo o anno de 1807.—O que em cumprimento da Real Ordem leva

esta junto á Presença de V. Mag.<sup>e</sup> pela presente conta. V. Mag.<sup>e</sup> Ordenará o que For Servido. Lisboa em Conferencia da Junta dos Provimentos, 10 de Setembro de 1816.—  
*Alexandre Antonio das Neves—Jose Joaq.<sup>m</sup> Per.<sup>a</sup> Marinho.*

a) — *Gregorio Gomes da S.<sup>a</sup>*  
(A continuar).

## Algumas palavras sôbre o culto de Camões

Proferidas em 10 de Junho de 1935,  
por ocasião do descerramento de uma lápide  
no Campo de Sant'Ana,  
pelo Professor Agostinho de Campos

Deu-me a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, a honra de convidar-me para vir dizer duas palavras na cerimónia da inauguração desta memória. Da parte histórica de tal iniciativa resumirei em poucos momentos o que todos podereis verificar, por exemplo, em o n.º 13 dos *Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais*, fascículo correspondente aos meses de Julho a Setembro do ano passado. Em 23 de Agosto do mesmo ano, apresentou o vereador do pelouro dos Serviços Culturais, sr. Luiz Pastor de Macedo, a proposta para ser colocada esta lápide, baseando-se para isso em relatório do vogal da Comissão da Estética Urbana, sr. Augusto Vieira da Silva. Em sessão da mesma data foi a proposta do sr. Pastor de Macedo aprovada unânimemente pela Ex.<sup>ma</sup> Comissão Administrativa.

Conseqüência desta deliberação é estarmos aqui reunidos, para assistir ao descerramento da pedra comemorativa. Ela vos diz que neste lugar existiu uma igreja de Sant'Ana e que nessa igreja estiveram enterrados, pelo menos desde 1595 a 1737, os ossos do Poeta a quem a Pátria deve o cântico das suas glórias de seis séculos, e a literatura universal uma das obras-primas do Espírito, que são testemunho do génio humano e braço da nossa espécie.

Vimos pois aqui praticar um acto ritual, dos vários que em honra de Camões, e em memória dos inestimáveis serviços por ele prestados à formação da nossa consciência nacional, impreterivelmente lhe devemos e procuramos cumprir.

Em 1867 levantou-se-lhe a estátua numa praça bem central, senão muito formosa. Mas não havia ou-

tro remédio desde que (vai já em perto de um século) perdemos irremediavelmente, ao que parece, a receita ou o segredo de planejar e edificar praças formosas.

Em 1880 celebrámos o Terceiro Centenário da morte do nosso grande inspirador de civismo e conselheiro de união — com festas nacionais a que se procurou dar todo o brilho condigno e possível.

Transportámos para os Jerónimos, sacrário de memórias e glórias, a ossada que supomos ter sido suporte daquele corpo curtido pelas inclemências de quasi todos os climas do mundo, e daquela alma a quem devemos em grande parte a boa fortuna de possuímos e queremos manter uma alma colectiva bem distinta e bem nossa.

Vai em setenta anos, por iniciativa particular do respectivo proprietário surgiu colocada uma inscrição na casa onde, sem documentação bastante, alguém aventou ter estado outra onde o Poeta viveu e morreu.

¿Nasceu Camões em Lisboa — hipótese em que parece ter assentado a erudição, tão pobre de elementos em que nitidamente possa assentar as bases principais da biografia do Poeta?

Na elegia que começa *O sulmo-nense Ovidio desterrado*, escrita no desterro do Ribatejo, misturam-se as saudades de um amor ausente com as da terra querida — e essa terra é Lisboa.

Ai se leem os versos admiráveis em que o castigado protesta contra a injustiça do castigo:

Aqui me representa esta lembrança  
Quão pouca culpa tenho; e me entristece  
Ver sem razão a pena que me alcança:  
— Que a pena que com causa se padece,  
A causa tira o sentimento dela;  
Mas matto doi a que se não merece...

Depois conta o Saúdoso como sobe a um outeiro para ver e envelhar as águas do Tejo, que correm para Lisboa, e as *côncavas barcas*, as faluas felizes que podem *pôr em doce efeito o seu desejo*, e chegar até onde a elle não é dado ir matar saúdades:

Daqui me vou, com passo carregado,  
A um oiteiro erguido, e ali me assento,  
Soltando tôda a rédea a mea caidado.  
Depois de farto já de mea tormento,  
Estendo estes meus olhos saídosos  
À parte donde tinha o pensamento...  
...Vejo o puro, saave e rico Tejo  
Com as côncavas barcas que, nadando,  
Vão pondo em doce efeito o sea desejo:  
Úmas, com brando vento navegando,  
Outras, com leves remos, brandamente  
As cristalinas águas apartando.  
Daqui falo co'a água, que não sente,  
Com cujo sentimento est'alma sai  
Em lágrimas desfeita claramente:  
— Oh fugitivas ondas, esperai!  
Que, pois me não levais em companhia,  
Ao menos estas lágrimas levai,  
Até que venha aquele alegre dia,  
Que eu vá onde vós ides, livre e ledo!

Parece pois que Camões nasceu em Lisboa. É certo que em Lisboa morreu.

¿Foi na calçada de Sant'Ana, e no sítio como tal assinalado? Suponhamos que sim. Suponhamos apenas, pois nem o momento é adequado, nem eu competente para decidir em tal pleito. Uma coisa porém parece irrefutável: que os ritos não podem ser caricaturas de ritos. Ou irradiam unção religiosa, e dela nasceram, ou mais vale pô los de parte, quando podem provocar mais escárnio que respeito.

Há uma casa de Shakespeare em Stratford-on-Avon, e uma casa de Goethe em Weimar. Se não me engano, são ambas museus de recordações ou sugestões, destinadas a manter o sentimento de veneração pelo grande Inglês e pelo grande Alemão, imortais cidadãos do mundo, com cuja memória deve sentir-se solidário e orgulhoso, não só o nacional nacionalmente agradecido, mas cada estrangeiro que chega e passa, visto que o animal Homem, exactamente porque se intitula rei dos animais, terá muita vez sérios motivos para duvidar da legitimidade de semelhante realeza, mas não pode admitir, por isso mesmo, que ela se enxovalhe nos momentos culminantes em que de facto se afirma, por virtude do génio e da humanidade superior.

Creio pois que uma casa onde se diz ou pretende que morreu Camões, ou há-de tomar inteiras as responsabilidades de tamanha honra, ou se cala muito calada, enquanto a não quere ou não pode

merecer. Não é lícito proclamar *urbi et orbi*: «Aqui morreu o grande homem!»—e, em vez de consagrar-lhe verdadeiramente o local, deixar este aplicado aos usos miudos e por vezes ridículos dos homens pequenos que todos somos, sempre que Deus não manda o contrário.

Nada porém me poderia agradar menos do que vir a suceder que, disto que digo, resultasse prejuizo moral ou material para ninguém. Falo com plena consciência de cumprir um dever de civismo, e não só de civismo, como até de civilização e humanidade. Mas tudo tem, não só a sua explicação, como também a sua justificação neste mundo.

A incerteza dos factos promove homenagens que ficam a meio caminho do seu destino, precisamente porque se não acredita, e com razão, na certeza de factos incertos. A erudição verdadeira vive só de certezas, mas, quando estas falham, deixa o campo livre aos desejos, maus ou bons, da erudição falsa. E a própria ânsia de certeza erudita haverá complicado o que devia e talvez podia ser simples. Por outro lado não serão de encarar com severidade excessiva certas vaidades humanas e ingénuas, que a sua própria iugenuidade deve salvar do rigor de quem tem sempre na algibeira grande provisão de primeiras pedras para atirar às faces dos outros.

Dito isto, digamos o resto:

Vivo, queixou-se Camões dos vivos, e algumas razões teve para isso, embora desse por si também algumas para que os vivos se queixassem d'êle. Morto, os vivos, agora, somos nós — enquanto o formos. E como êle afinal não morreu,

porque vive e viverá da grande vida renovada e purificada pela glória, convém que, «lá do assento etéreo onde subiu», nos veja coerentes, sinceros e acertados no culto que lhe prestamos — para que não possa chamar-nos sacrílegos, nem hipócritas ou fariseus.

## Santo António na literatura e na arte portuguesas

---

Conferência proferida no salão nobre dos Paços do Concelho, em 6 de Junho de 1935, (número oficial das Grandes Festas de Lisboa), por Júlio Eduardo dos Santos, vogal da Sub-Comissão da Exposição Antoniana, ilustrada, com declamação de trechos alusivos, pelo Prof. Artur Lobo de Campos.

*Sr. Presidente*<sup>1</sup>  
*Sr. Vereador do Pelouro*  
*dos Serviços Culturais*<sup>2</sup>  
*Minhas Senhoras*  
*Meus Senhores*

Camões e Santo António são as figuras nacionais mais lembradas na quadra festiva da primeira quinzena de Junho.

Em 1934, primeiro ano das «Grandes Festas de Lisboa», a capital honrou, com uma exposição notabilíssima, o grande cantor das glórias

pátrias, cuja obra épica foi exaltada, neste mesmo lugar, pela palavra autorizada de um distinto Professor universitário. Impunha-se, pois, que no segundo ano da realização dos grandes festejos culturais e populares, promovidos pelo primeiro Município de Portugal, se prestasse homenagem ao notável filho de Lisboa que é o Santo mais popular de toda a Cristandade.

Reflexo do intenso movimento literário e artístico relativo ao insigne franciscano, a actual Exposição Antoniana — que, como a Exposição Camoneana, é de alta importância bibliográfica — patenteia, de maneira iniludível, que a figura desse Português da era de Duzentos é bem actual. Enaltece-la não é, pois, manter simplesmente uma tradição

---

<sup>1</sup> O Ex.<sup>mo</sup> General Daniel Rodrigues de Sousa, Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa.

<sup>2</sup> O Ex.<sup>mo</sup> Tenente-coronel José Maria Pereira Coelho, Presidente da Comissão Executiva das «Grandes Festas de Lisboa».

sem significado perante as conquistas sociais modernas, mas render culto a uma das personalidades de que pode, em conjunto com a de tantos outros homens insignes, orgulhar-se a Pátria.

No início da conferência camoneana do passado ano, o seu ilustre autor <sup>1</sup> acentuou que «é, de há muito, quebrada a unidade de comunhão religiosa que, durante séculos, emprestou à emotividade do povo português a adequada expressão e o vivo estímulo das suas verdades, como das suas lendas. Assim, foi necessário que, ao culto de S. Vicente, restrito aos fiéis da liturgia nacional, e ao culto de Santo António, paganizado em vibrante arraial noturno, sucedesse o culto de alguém que, à indiscutida unanimidade dos sufrágios, unisse a indiscutida supremacia dos títulos; alguém que pudesse ser, para as novas condições da sociedade e para os novos interesses do espírito, o incentivo com que exaltar a vida colectiva».

Abstraindo de alusões à possível revivescência do espírito religioso nos tempos que correm, vou tentar mostrar, através da minha sintética exposição do que tem sido e deve ser o movimento literário e artístico antoniano em Portugal, que a figura e a acção de Santo António também satisfazem os anseios da

humanidade de hoje, sendo motivos de lições de rara beleza e de ensinamentos de altíssimo valor cívico.

Santo António de Lisboa, o primeiro português que se internacionalizou, é de facto uma figura augusta da Pátria, que deve celebrá-la, repito, não como eco de costumes antigos sem sentido social na hora presente, mas com o preito devido a um dos seus filhos mais ilustres, ao lado dos seus heróis e dos seus homens de génio; a época em que se desenvolveu a sua acção, essa é de perene actualidade, também. Admirável foi, na verdade, essa pleiade de franciscanos dos primeiros tempos da Ordem, os alegres companheiros do *Poverello* de Assis, trovadores da *Senhora Pobreza*, profligadores dos avaros, inimigos dos déspotas, defensores dos humildes... Pleno de ensinamentos é esse movimento, que, segundo o dizer de um grande escritor, não tem paridade em toda a história, exceptuado o da evangelização de Cristo!

Conheceis a história do Santo: filho de nobres, ou talvez humilde filho do povo, como alguns documentos deixam entrever, foi criado em Lisboa, passando de menino de câro, na Catedral, a cônego regrante de Santo Agostinho. Tendo trocado, nesta qualidade, o Mosteiro de S. Vicente de Fora pelo de Santa Cruz de Coimbra, abandonou mais tarde a murça augustiniana pelo pobre burel de frade Menor, seduzido pela

<sup>1</sup> O Sr. Prof. Dr. Hernani Cidade.

beleza do movimento franciscano, então nascente, e pelo desejo do apostolado em longínquas paragens. O acaso levou-o às terras onde o Evangelho operava maravilhas sob o impulso dêsse super-homem admirável que foi Francisco de Assis, êsse estranho vulto de poeta e de iluminado, que revolucionara os moldes da vida religiosa e da eloquência do tempo, levando o verbo divino a todos os meios, prêgando a letrados e a ignorantes, a cavaleiros e a plebeus, a purpurados e a salteadores, às avezinhas e às feras, todos, como os denominava, seus *irmãos*...

Conforme suas ideologias, os diversos autores, que estudam êste singular movimento, consideram de modo diverso os actos do grande Santo-poeta, mas nenhum negou, nem de certo virá a negar, rendida homenagem a êsse estupendo poema de amor que foi a sua existência, da qual êsse-outro poema encantador que é a famosa página, que nos legou, universalmente conhecida pela designação de «Cântico do Sol» deve ser considerada conclusão luminosa: a melodia final e o acorde supremo.

O Sr. Prof. Artur Lobo de Campos vai dignar-se interpretar êsse trecho, na versão do ilustre poeta Dr. Afonso Lopes Vieira. Entraremos assim, através dessas formosíssimas estrofes, no ambiente em que se desenvolveu a acção do Santo português.

## Cântico do Sol

Versão de Afonso Lopes Vieira

Loavado seja Deus na Nataleza,  
Mãi gloriosa e bela Beleza,  
— E com todas as suas criaturas —  
Pelo irmão senhor Sol, o mais bondoso  
E glorioso irmão pelas alturas,  
O verdadeiro, o belo, que alamia  
Criando a pura glória — a luz do dia!

Loavado seja p'las irmãs Estrélas,  
Pela irmã Lua que derrama o luar,  
Belas, claras irmãs silenciosas  
E luminosas, e suspensas no ar.

Loavado seja p'la irmã Nave que há-de  
Dar-nos a fina chava que consola;  
P'lo Céu azul e pela Tempestade;  
P'lo irmão Vento, que rebrame e rola.

Loavado seja pela preciosa,  
Bondosa Água, irmã útil e bela,  
Que brota humilde, é casta e se oferece  
A todo o que apetece o gosto dela.

Loavado seja pela maravilha  
Que rebrilha no Lame, o irmão ardente,  
Tão forte, que amanhece a noite escura,  
E tão amável, que alamia a gente.

Loavado seja pelos seus amores,  
Pela irmã madre-Terra e seus primores,  
Que nos ampara e oferta seus produtos,  
Árvores, fratos, ervas, pão e flores.

Loavado seja pelos que passaram  
Os tormentos do mando dolorosos,  
E contentes, sorrindo, perdoaram;  
Pela alegria dos que trabalharam,  
Pela morte serena dos bondosos.

Loavado seja Deus na mãe querida,  
A Nataleza, que fez bela e forte.  
Loavado pela irmã Vida,  
Loavado pela irmã Morte.

Como mostrarei, Portugal não tem contribuído com obras de grande vulto para o intenso movimento bibliográfico que, sobretudo recentemente, se tem produzido em torno da vida e obra de Santo António.

**A «Legenda Prima», a mais importante fonte dos estudos antonianos**

Uma única excepção deve ser apontada: a publicação, em 1830, da *Legenda Prima* ou *Assidua*, o documento fundamental da agiografia antoniana, descoberta, num códice da biblioteca do Mosteiro de Alcobaça (precioso documento apresentado pela Biblioteca Nacional na presente Exposição), pelo douto D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, que fez acompanhar do texto original a sua acurada tradução, aditando-lhe dois importantes apêndices de crítica. Mais tarde foi esta legenda reeditada nos *Portugalix Monumenta Historica*. Foi então que o seu decisivo valor foi reconhecido, facto derivado da circunstância de ter sido escrita por autor contemporâneo do Santo e apresentar, despidos de fantasia, os passos fundamentais da existência deste.

Não é propício o momento para dissertar sobre o valor das diversas legendas antonianas; não é, porém, descabido acentuar que a *Legenda*

*Prima* e outros documentos da mesma ou de épocas próximas diferem enormemente das crónicas publicadas mais tarde, no século XVI e seguintes. O maravilhoso invadiu de forma intensa os escritos agiográficos: a célebre *Crónica dos XXIV Gerais da Ordem dos Frades Menores*, de que foi publicado um extenso fragmento em português, em edição dirigida e prefaciada pelo Prof. da Faculdade de Letras de Lisboa, Dr. José Joaquim Nunes, é testemunho típico dessa infiltração perniciosa e geral.

Leão de Kerval estudou, num opúsculo magistral, a evolução e desenvolvimento do maravilhoso nas legendas de Santo António<sup>1</sup>.

Essa adulteração chegara à época de Fr. Fortunato de S. Boaventura (melhor será dizer que atingiu mesmo a nossa...).

O erudito monge de Alcobaça, dando singular valor a essa singela narrativa, e divulgando-a, praticou um acto de inteligentíssimo e penetrante sentido crítico, que quasi absolve a literatura portuguesa da acusação de tão moderadamente — quanto à importância e não ao número de obras — ter cantado a glória do *Santo de todo o mundo*, como o denominou Leão XIII.

A lição do códice de Alcobaça, citado, é tida como a mais autori-

<sup>1</sup> *Opuscules de critique historique*. Fasc. XII-XIV. Ed. Fischbacher. Paris, 1906.

zada dentre as raras cópias manuscritas que, dessa legenda, se conhecem presentemente, sendo muito citada em importantes estudos antonianos e preferida para a vulgarização que da preciosa *Legenda* têm feito alguns eruditos, como o já citado crítico Kerval e o douto escritor e conceituado advogado de Pádua, Dr. Felipe Conconi, que das fontes da agiografia antoniana se tem ocupado recentemente em alguns volumes notáveis.

O nome de D. Frei Fortunato de S. Boa-

ventura não podia deixar de ser recordado nesta resumida apreciação da bibliografia antoniana portuguesa e apresentado como benemérito das nossas letras.

**Os cronistas franciscanos e outros agiógrafos.**

Focada a importância primacial da *Legenda Prima*, apresentarei algumas considerações acerca de outras obras relativas a Santo António. Não pretendo exceder os limites de um pequeno quadro sintético da nossa literatura antoniana, mas impossível é



Água-forte de Vieira Lusitano, alguns exemplares acompanhada de um soneto do artista (25<sup>cm</sup>, 5 × 12<sup>cm</sup>, 7, na parte iconográfica)

não me deter em análise, aliás ligeira, de alguns trabalhos, não só porque através dela vai surgindo, ante nós, a personalidade do Santo, mas também porque seria inadmissível a omissão de referência às obras mais notáveis numa exposição subordinada ao tema que estou versando.

Todos os cronistas franciscanos portugueses se ocuparam da agiografia antoniana, tendo as obras de alguns, sobretudo do vernáculo Fr. Marcos de Lisboa, conquistado grande aprecio até no estrangeiro, onde ainda hoje é frequente a citação de passos da *Crônica da Ordem dos Frades Menores*, devida à sua pena, relativos a Santo António.

Numerosos outros autores trataram de igual tema, tendo um deles, Braz Luiz de Abreu, obtido para o seu *Sol nascido no Ocidente e posto ao nascer do Sol*, dado à estampa em 1725, o favor de grande aplauso traduzido em várias edições.

Extensa bibliografia sem valor — tal é o juízo que a crítica moderna forma de todas, ou quasi todas, essas produções.

### A poesia antoniana

Paralelamente à agiografia e às ciências eclesiásticas, foi evoluindo a poesia de assunto antoniano. Fora as obras destinadas ao teatro, de que farei menção, existem muitas composições poéticas antigas desse género, várias de acentuado inte-

rêsse, como os sonetos de Fr. Agostinho da Cruz, as oitavas de Diogo Bernardes e mesmo os poemas de Francisco Lopes. Desta classe de composições existem numerosas (algumas manuscritas, na Biblioteca Nacional), mas são, na maioria, ermas de merecimento.

Se os poetas antigos tomaram como tema a vida e os milagres atribuídos a Santo António, dos modernos talvez nenhum tenha deixado de cantar a glória do Santo de Lisboa e de Pádua ou de trasladar para verso os inúmeros motivos que o folclore antoniano lhes oferece. Omitindo referências a tão numerosas composições, limito-me a frizar que entre elas se contam algumas páginas encantadoras. Mais inspirados, e também mais frutuosamente orientados, os poetas contemporâneos, quanto à exaltação da vida e da glória do grande discípulo do *Poverello*...

Para encerrar esta ligeira alusão à poesia antoniana portuguesa, falarei das que celebram o alistamento do nosso Santo como soldado. Santo António também teve carreira militar, com assentamento de praça durante a guerra da Restauração, que terminou, pouco depois daquele acto, pelo tratado de 13 de Fevereiro de 1668. Curiosa a história dessa carreira de que se ocupou (e de novo trata numa série de artigos em publicação na illustração *Renasçença*), o erudito escritor e ilustre Director do Arquivo Histórico Mi-

litar, Sr. Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, em face de documentos curiosos, muitos d'elles inéditos.

A deliberação régia mandando alistar o Taumaturgo terá sido classificada de ridícula ou, simplesmente, ingénua; foi, porém, como perspicazmente alguns autores têm notado, acto de grande alcance, animando o exército e o povo na luta pela independência da Pátria, contra os espanhoes no Continente e contra os holandeses no Brasil, como mais tarde igualmente succedeu durante a Guerra Peninsular.

Cito as alevantadas palavras de Lopes Vieira a este propósito: «Foi nesta situação histórica tão grave, quando se estava jogando a integridade do Império Português nos cinco continentes, que Santo António veio favorecer, como camarada e padroeiro dos nossos soldados, uma nova rajada de fé e de bravura. O decreto real que tornava o Santo português soldado português, e soldadinho razo como os do povo humilde, foi um acto admirável de inteligência política e patriótica, e aí está a nossa crónica militar para o atestar em páginas que nenhum homem digno da Pátria poderá ler sem comoção».

Sebastião da Fonseca e Paiva, mestre de capela da Infanta D. Catarina, que foi Rainha de Inglaterra, e freire professo na Ordem Militar de Santiago, celebrou em *redondi-*

*lhas* o alistamento de Santo António, e Frei Jerónimo Vahia escreveu, com o mesmo fim, umas *Décimas*, que o mesmo illustre Professor, que há pouco nos encantou com a sua primorosa interpretação do *Cântico do Sol*, vai ter a gentileza de recitar. O patriotismo que anima essa curta composição — aliás de factura imperfeita como tantas produções do autor — mostra quão profunda deve ter sido a influência que teve o calculado e feliz gesto do monarca. Relembra-la neste momento em que reina a paz — devo acentuar — é recordar simplesmente uma época gloriosa da nossa história e uma das mais curiosas modalidades do culto de Santo António.

#### Décimas ao Sereníssimo Rei de Portugal quando mandou alistar por soldado ao glorioso Santo António de Lisboa

Feitas por Jerónimo Vahia

Alto Rei, fatal excesso  
De valentia maior,  
Que nisto de ter valor  
Sois Rei, que não tendes preço:  
Vós, que, com feliz successo,  
Rompendo as quatro linhas,  
Fazeis que as gentes vizinhas,  
Quando vêm mais insolentes,  
Não choquem como valentes  
Mas choquem como galinhas,

Deixai mais listas, pois já  
Santo António se alistou,  
Que, como sea pai litoro,  
Sua Pátria livrará:  
Ele somente fará

Com estrago, e com ruína,  
Castela sempre mofina,  
Pois tem para vencedor  
Como Portuguez valor  
Como Santo disciplina.

Êle só será bastante  
A vencer nosso inimigo;  
Porém não só, pois consigo  
Traz sempre o melhor Infante:  
Já foi do mando trianfante  
Êste Infante que condaz,  
Fazendo espada da Cruz;  
Êste pode o que quizer  
E quer o que António quer,  
Por ser o seu «Al-Jesus».

Pois quê? Com tal valentia  
Não vencerá Portugal,  
Quando tem soldado tal  
E mais em tal companhia?  
Castela de mêdo fria  
Tema tão grande invasão,  
Que não pode escapar, não,  
Empanhando António o braço,  
Nem soldado do seu laço,  
Nem praça do seu cordão.

Fará cousas nunca ovidas  
Em favor dos Lusitanos,  
Não sendo dos castelhanos  
Com ser das cousas perdidas:  
Tingirá cortando vidas,  
De vermelho o burel pardo  
E, com ímpeto galhardo,  
Trianfando em todo o risco,  
Posto que é Frade Francisco  
Brigará com um Bernardo.

Com hábito e fidalguia  
Será de Castela açoltê,  
Se como frade de noite,  
Como fidalgo de dia.  
Cante a Lusa Monarquia,  
Chore a contrária nação,  
Pois ambas nêle terão,  
Para glória e para dor,  
Uma nas mangas favor,  
Outra nas bragas prisão.

Deixando sem alusão trabalhos  
quer inteiramente dedicados a Santo  
António, quer só com referências,  
que, em estudo critico especial, de-  
veriam ter menção pormenorizada,  
passemos ao movimento literário  
determinado pelos centenários de  
1895 e 1931.

#### O movimento literário motivado pelas comemorações centenárias de 1895 e 1931

Da época do primeiro centenário,  
duas obras devem ser citadas:  
*Santo António de Lisboa — Estudo  
da história e critica*, do conscien-  
cioso académico José de Sousa Mon-  
teiro, e *O Grande Taumaturgo de  
Portugal Santo António de Lisboa*,  
do douto sacerdote Dr. F. A. Carlos  
das Neves.

O primoroso trabalho do pri-  
meiro foi elaborado por iniciativa  
da grande comissão central do cen-  
tenário, para comemoração e justi-  
ficação do mesmo. Na factura desse  
livro de mais ambições que pági-  
nas, segundo as palavras do autor,  
houve o propósito de fixar com a  
exacção possível algumas das fei-  
ções do engenho e da alma do  
grande português que foi Santo  
António.

Não se trata de uma biografia,  
mas de curiosa e elegantíssima cri-  
tica à acção e individualidade do

Taumaturgo, em que avulta a apreciação justa e elevada dos merecimentos como orador daquele que foi dos homens mais eloquentes do seu século e dos maiores fascinadores de multidões de que há memória.

A bela produção de Sousa Monteiro foi acolhida com justos encômios, tendo sido traduzida em italiano e publicada em Pádua em 1930. Este facto demonstra o aprêço em que foi e é tida no país onde os escritos antonianos de valor são mais numerosos.

Não se ajusta aos acanhados limites deste bosquejo a crítica do livro, cujo valor não foi diminuído pelas investigações dos últimos quarenta anos; não deixarei, porém, de provar que os elogios tecidos a esse escrito não são exagerados. Faço-o também fiel ao programa, que tracei, de ir apresentando várias das facetas da personalidade de Santo António.

Eis algumas palavras de Sousa Monteiro, extraídas do capítulo intitulado *O Poeta*. Elas mostram a justiça da minha opinião.

«Ozanam escreveu um livro interessante, na confessada modéstia do seu propósito, sobre os serviços reais e duradouros prestados, à língua e às letras da renascente Itália, pelos primeiros filhos do incomparável S. Francisco.

«Por estranho que pareça aos menos atentos o apontado facto,

não deixa de ser de explicação facilíssima. Todos esses heróis da pobreza e da caridade, que vagueavam pelo mundo com a indiferença e o desapêgo santo de quem nada quer nem espera d'ele, eram essencialmente místicos, nas várias e nobres accepções que esta dição admite, e o misticismo é já de si poesia, por isso que para os seus símbolos e interpretações carece de fantasia, elemento primário da poesia.

«O serviço prestado à nascente língua por estes grandes e santos sonhadores procede de outro facto, também simples. Preferiam eles aos grandes os humildes, os ignorantes aos sabedores; falavam-lhes, pois, a linguagem que então em Itália começava a desenlaçar-se das fachas do latim. E assim, acesos de mobil fantasia e animados de quente amor de Deus, dos homens, de tôdas as criaturas, contribuíam sem o pensarem, falando e poetando em romance, para a feitura e perfeição da língua, que elevou logo depois ao apogeu da graça e fôrça o génio incomparável de um poeta altíssimo.

«Na glória desta grande obra, tem segura parte Santo António.

«Não possuímos, é certo, versos seus. Não se presume que os haja feito. Mas nele a fantasia era de viveza e abundância raras e a palavra tinha, quando o pedia o assunto, o movimento rápido, elegante, al-

tivo, em que fremem azas, da estrofe métrica.

«Santo António era poeta, e grande.»

Sousa Monteiro, ao analisar depois a obra oratória do Santo, diz que a este, nem seu virtuoso propósito nem sua fantasia exuberante, lhe permitiam ficar sempre na indicação precisa, mas rápida, do simile. «E' a lua, é o sol, é a rosa, é o lírio, é a oliveira que pulula, é o incenso que rescende, é: mas não lhe bastava dizê-lo. Comprazia-se-lhe no simile a vivaz palavra e insistia nêle — dizem às vezes que de mais — e expondo-o mais longamente, mais longamente o explicava à alma, o insinuava ao coração, o impunha à vontade vencida dos ouvintes.» E apresenta alguns excertos da obra do Santo, para que se avalie quão belamente o fazia.

Assim, Santo António comparou o justo à rosa, ao lírio, ao incenso, ao vaso de ouro. Eis como definia os quatro similes:

*Como a flor da rosa em dia verno.* Duas coisas são de notar na rosa: a punção e o deleite. Punge o espinho, a flor deleita. Assim, na vida do justo há o espinho que compunge e o perfume que deleita. E isto em dia verno, que o justo folga com a adversidade em tempo próspero.

*Como o lírio no discurso da água.* Nos lírios se prefigura a pureza da

alma e do corpo. Estão os lírios puros no discurso da água. No século que passa mantem-se puro o justo em meio da abundância temporal.

*Como o incenso rescendente em dia estivo.* Talha-se no estio a árvore do incenso para exudar no outono a goma embalsamada. Assim, o justo é atribulado agora para colher depois o fruto eterno.

*Como vaso de ouro massiço.* E' a cavidade do vaso receptiva de líquidos; é a humildade do coração do justo receptiva de graças. Com razão se diz o justo «vaso de ouro massiço»: vaso, porque humilde; de ouro, porque precioso e fúlgido; massiço, porque cheio de esperança da própria immortalidade.

Nestes similes, vê-se — conclue, e bem, Sousa Monteiro — que o poeta se sobreleva ao místico. Tudo isto é suave, gracioso, vívido, tocado com a mão segura e subtil de mestre.

Apenas duas palavras de comentário:

Não é só com flores de poesia que se exerce uma grande acção social, como aquela que desempenhou o insigne Santo lusitano. Êle, que combateu heresias, que pugnou pela expansão do evangelho franciscano e que foi o defensor entusiasta dos humildes contra a prepotência dos grandes e dos onzeneiros, tratou, do alto da tribuna sagrada, com vigor, com violência mesmo, os assuntos referentes a êsses ma-

gnos problemas espirituais e sociais, como aliás — note-se — não era raro no seu tempo. Há passos dos seus sermões que seria impossível reproduzir hoje em público, pela crueza das afirmações e pelo realismo de certos confrontos. E' que a obra de Santo António, se teve a poesia dos primeiros tempos do franciscanismo, reflete também o ardor, a exaltação da alma de um grande revolucionário cristão.

Tudo isto não foi porém esquecido por Sousa Monteiro na sua produção, penetrada aliás muito mais de poesia que de ímpeto de-

molidor análogo ao de Frei António de Lisboa, cuja vida e obra o distinto académico procurou focar com imparcialidade, não prejudicada pela admiração profunda que lhe inspirava o discípulo do Patriarca de

Assis. Mesmo as acusações vibradas à eloquência dominadora do Santo não foram ocultadas no livro de que me estou ocupando: excesso de divisões e sub-divisões no discurso; uso freqüente do simbolismo dos

números; etiologia, abusiva na qualidade e conta, de pessoas e lugares; interpretações morais do Antigo e Novo Testamento arrasadas do texto sagrado para a trama do sermão com violência, sem analogia e sem verosimilhança; exuberância de comparações pedidas à natureza e desenvolvidas até à fadiga, até à exaustação; a miudada



Gravura de Vieira Lusitano,  
para o livro *Thesouro Espiritual da Novena do glorioso  
S. António de Pádua*, etc,  
ordenado por Faustino de Afonseca Freyre e Mello.  
Lisboa Occidental, 1740  
(Dimensões exactas)

mescla de citações profanas e sagradas; e mesmo ausência de regular estrutura da oração... Tudo isso foi reduzido, com mestria, ao seu justo valor.

O livro de Sousa Monteiro é, em meu obscuro parecer, a obra-

-prima da literatura antoniana portuguesa.

De *O Grande Taumaturgo de Portugal Santo António de Lisboa*, original do Dr. F. A. Carlos das Neves, apareceu em 1895 o primeiro volume, tendo o segundo vindo à publicidade quatro anos depois. Prometeu o autor ainda um terceiro, consagrado à bibliografia antoniana, mas não chegou a realizar o seu plano.

Este trabalho é, incontestavelmente, de grande valor como obra de consulta — é este, a bem dizer, o seu mérito. Poderia ter sido, com manifesta vantagem, encurtada a exposição de determinados pontos e tratados de forma diversa, bem diferente mesmo, muitos dos passos deste livro; o que é certo, porém, é que pelos valiosíssimos subsídios que ministra, pelos importantes documentos que transcreve, pelas citações tão numerosas de publicações nacionais e estrangeiras acerca de Santo António, pelas curiosas notas sobre o culto do Taumaturgo, é um repositório magnífico de elementos para o conhecimento da vida, da época e do culto do Santo.

Da numerosa produção ocasionada pela comemoração do VII centenário da morte de Santo António, ocorrido em 1931, há a destacar o livro tão discutido de Lopes Vieira — *Santo António — Jornada de Centenário* — trabalho penetrado do são patriotismo que anima toda a obra do grande poeta e vernáculo prosa-

dor, e a *Vida de Santo António*, de vida à doutra e elegante pena do Padre Aloisio Tomás Gonçalves, bela página agiográfica baseada nas fontes mais autorizadas.

A oratória sagrada, tratando-se de um grande vulto da Igreja, e o teatro, dada a expansão das manifestações profanas com elle relacionadas, devem ter, nesta resenha, lugar especial.

#### Oratória sagrada e profana

No primeiro destes ramos literários ocupam os temas antonianos lugar de grande relêvo, mais pelo número de sermões publicados, avulsos ou em colecções, do que pela excelência das páginas destinadas a exaltarem o *Martelo de Herejes*, à excepção de algumas orações quer dos grandes mestres portugueses do púlpito, quer de contemporâneos.

Consultando os sermonários dos séculos XVII a XIX depãram-se-nos muitas peças em louvor de Santo António; a maioria, porém, enferma de tais defeitos, no campo agiográfico e mesmo literário, que valor nenhum pode ser por nós outorgado hoje a muitas dessas velhas composições.

Dos oradores sagrados portugueses — de *todos os oradores sagrados*,



SANTO ANTÓNIO

(Téla — 0<sup>m</sup>,585 × 0<sup>m</sup>,315)

Pertencente à casa Pombal, onde é tradição  
ser esta pintura cópia de uma antiga tábuca com a representação exacta  
da fisionomia do Santo

Exposição Antoniana — Lisboa — Junho de 1955

teria, talvez, de dizer, se também da bibliografia antoniana estrangeira me tivesse ocupado—nenhum deixou de-certo de cantar a glória do Santo lusitano.

Apenas de dois me ocuparei: dos modernos, Alves Mendes; dos de época mais remota, o grande António Vieira.

Êste famoso orador compôs nove sermões de Santo António, ou antes, oito, sendo o nono o *sermão aos peixes*, todo alegórico, prègado na cidade de S. Luiz do Maranhão, no ano de 1654, três dias antes do autor ter embarcado ocultamente para o Reino.

Tôdas estas peças oratórias têm, não obstante os defeitos da época e os que é forçoso reconhecer nesse prègador, a grandiosidade que caracteriza as produções do célebre jesuíta: nelas brilha a luz do seu espírito cultíssimo e palpita o mais acrisolado patriotismo. Algumas das suas passagens serão, talvez, das páginas mais excelentes das orações do exímio literato, que, como com justiça acentuou Latino Coelho (um dos grandes oradores da tribuna portuguesa que quási sabia de cor os seus sermões e tantas vezes moldava pela frase vieirense a frase dos seus próprios escritos) «quási que não subiu uma só vez ao púl-pito que não aproveitasse aquela única tribuna dos seus tempos para vindicar os foros dos humildes, e para doirar, nas aparências da homilia, a objurgação política e a

veemente imprecação contra os que, por ambições e desacertos, arriscavam a honra do reino e devoravam a mais preciosa substância da Nação».

Nos sermões antonianos de Vieira encontram-se reunidos dois nomes egrégios—o do biografado e o do seu panegirista. São êle os índices máximos da eloquência portuguesa.

Nos países meridionais abundam os discursistas, os retóricos, os cultores mais ou menos aprimorados de frases sonoras e deleitantes, mas—como judiciosamente observou um notável artista da palavra<sup>1</sup>—são raríssimos os grandes oradores, mórmente oradores sagrados, porque a eloquência é tanto mais inacessível, mais dificultosa, quanto os seus assuntos se desliam, se desvestem do sensível terreno e ascendem por própria essência para o espiritual, para o divino. É neste campo, difficil de trilhar, que resplandecem essas duas glórias da tribuna sagrada. Se êles são as figuras máximas da nossa eloquência, não esqueçamos que são também dos mais estupendos oradores da raça latina!

Dos sermões antonianos de António Vieira gosou um do favor de numerosas reedições—o prègado na Igreja das Chagas, de Lisboa, na festa de Santo António, aos 14 de

<sup>1</sup> Alves Mendes.

Setembro de 1642. Não são menos belos os restantes, de um dos quais, proferido na Igreja de Santo António dos Portugueses, em Roma, pouco depois de ter sido reconhecida a independência de Portugal resultante do glorioso movimento de 1 de Dezembro de 1640, o Sr. Prof. Lobo de Campos vai ler um excerto. O patriotismo, que tantas vezes é o sôpro que anima a prosa de Vieira, expande-se nesse trecho em reflexões caprichosas e formosíssimas em elogio do Taumaturgo e em louvor da acção dos portugueses, descobridores e evangelizadores de quasi tôda a Terra.

**Excerto do sermão de Santo António, prêgado em Roma, na Igreja de Santo António dos Portugueses.**

Pelo Padre António Vieira

Quando, por parte da Pátria me queria queixar do seu amor, atalhoa-me o Evangelho com a sua obrigação: *Sois a Luz do Mundo*. Não tem logo Portugal de se queixar. Se António não nascera para sol, tivera a sepultura onde teve o nascimento. Mas como Deus o marcou para luz do mundo, nascer numa parte e sepultar-se em outra é obrigação do sol. Lisboa foi a agora do Oriente; seja Pádua a sepultura do seu ocaso!

Se António era luz do mundo, como não havia de sair da Pátria? Saía como luz do mundo e saía como português. Sem sair ninguém pode ser grande. Saía para ser grande e, porque era grande, saía.... Assim era obrigado a fazer, porque nasceu português.

Uma coisa em que há muito tempo tenho reparado são os dois emprêgos de Cristo fez os trinta dinheiros por que foi vendido. O primeiro emprêgo foi comprar um campo para entêrro de peregrinos. O segundo emprêgo foi esmaltar com os mesmos trinta dinheiros o escudo das armas de Portugal. Notáveis empregos! E que proporção tem o escudo de Portugal com o entêrro dos peregrinos, para que o preço de um seja esmalte do outro? Grande proporção.

Quiz Cristo que o preço da sepultura dos peregrinos fôsse o esmalte das armas dos portuguezes, para que entendêssemos que o braço de nascer português era obrigação de morrer peregrino: com as armas nos obrigou Cristo a peregrinar, e com a sepultura nos empenhou a morrer. Mas, se nos deu o braço que nos havia de levar da Pátria, também nos deu a terra que nos havia de cobrir fora dela. Nascer pequeno e morrer grande é chegar a ser homem. Por isso nos deu Deus tão pouca terra para o nascimento e tantas para a sepultura. Para nascer, pouca terra; para morrer, tôda a terra — para nascer, Portugal; para morrer, o mundo.

Não se pode plantar a fé sem se transplantarem os que a semeiam. Não de balde disse Cristo: *Meu Pai é agricultor*. Houve-se Deus com os portuguezes como agricultor de luzes. Semeia o agricultor em pouca terra o que depois há-de dispôr em muita. Pouca terra era Portugal, mas ali fez Deus um seminário de luz para transplantar pelo mundo.

Assim como a luz material primeiro a cria Deus junto em um lugar, e depois a repartia dali por tôdas as regiões do Céu, e sôbre tôdas as terras: umas estrêlas ao polo ártico, outras ao antártico, umas ao norte, outras ao sul, umas ao setentrão, outras ao meio-dia; assim para alumiar o Novo Mundo, que tantos séculos havia de estar às escuras, sem ser conhecido dos

homens, nem ter conhecimento do verdadeiro Deus, e que fez o autor da Graça? Cria primeiro e conserva em separado em Portugal aquele seminário escolhido de fé e de luz, para que dali, dividida e repartida a seu tempo, umas luzes fôssem alamar a África, outras a Ásia, outras a América; umas ao Brasil, outras à Etiópia, outras à Índia, outras ao Mogor, outras ao Japão, outras à China, e, desta maneira transplantada a fé, se plantasse nas três partes do mundo.

É verdade que Portugal era um cantinho ou um canteirinho da Europa; mas, nesse cantinho da terra pura e mimosa de Deus, quiz o céu depositar a fé, que dali se havia de derivar a todas essas vastíssimas terras, introduzida com tanto valor, cultivada com tanto trabalho, regada com tanto sangue, recolhida com tantos suores, e medida, finalmente, nos celeiros da Igreja, debaixo das chaves de Pedro, com tanta glória.

Medindo-se Portugal consigo mesmo, e reconhecendo-se tão pequeno à vista de uma empresa tão imensa, poderá dizer o que disse Jeremias, quando Deus o recolheu para profeta das gentes: *Ah! Ah! Ah!, Senhor Deus, Tu bem vês que eu não sei falar porque sou um menino.*

Deus meu, onde me mandais que sou tão pequeno para tamanha empresa? O mesmo poderá dizer Portugal. Mas tirando-lhe Deus da boca estes três AAA, ao primeiro A, escrevea África; ao segundo A, escrevea Ásia; ao terceiro A, escrevea América, sujeitando todas três ao seu império como Senhor e à sua doutrina como Luz: *Sois a Luz do Mundo.*

O sermão de Alves Mendes, pregado na igreja de Santo António à Sé, no dia do sétimo centenário do nascimento do Taumaturgo lusitano (15 de Agosto de 1895), considero-o uma das mais belas pági-

nas desse orador insigne — vasta peça literária, elaborada com entusiasmo, com elevação, com arte aprimorada. Santo António tem nessa obra um dos mais belos monumentos que os seus patrícios lhe têm erguido.

Dilatando esta referência até ao presente, não pode ser olvidada também a formosa oração que, no solenissimo Pontifical celebrado em 13 de Junho de 1931, no templo de S. Domingos, desta capital, em comemoração do VII centenário da morte de Santo António, proferiu o venerando Bispo do Porto, D. António Augusto de Castro Meireles.

Formosa oração lhe chamei, mas o adjectivo não a caracteriza bem. Não foi apenas uma grande página literária — valeu sobretudo pela lição que encerra, pelo lado doutrinário, reflectindo a justiça do Evangelho perante o problema social, de tão transcendente acuidade nos calamitosos tempos que decorrem. A relação entre a acção de Fr. António de Lisboa e a solução mais adequada das questões que agitam a sociedade hodierna, apresentou-a o orador com rara felicidade, mostrando ter sido o Santo, antecipadamente, o doutrinador das verdades admiráveis que, mais tarde, foram exaradas nas célebres encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*.

Três pontos foram desenvolvidos pelo ilustre antistite — as relações entre o capital e o trabalho; a au-

toridade e a liberdade; o amor da pátria e a cooperação internacional. Para versar tais questões, de tão palpitante actualidade, poucos vultos poderão ser evocados mais a propósito que o de Santo António e o dos seus heróicos companheiros dos primeiros tempos do franciscanismo, movimento de que já tracei resumido esboço.

Injusto seria não reconhecer que outros oradores modernos, em especial alguns que enaltecera a acção do nosso Santo por ocasião das comemorações centenárias de 1931, enriqueceram a bibliografia antoniana com produções de valor. Procedendo de igual forma em relação a bastantes dos conferencistas que então exaltaram a personalidade do Taumaturgo, deve concluir-se que, na oratória sagrada e na conferência, se contam — abstraindo dos gongorismos e inexactidões da maioria dos autores antigos — páginas portuguesas em que se patenteia o firme propósito, com felicidade atingido em muitas, de estudar, à luz das melhores fontes e através de crítica sensata e erudita, essa figura complexa.

### Teatro

O teatro, sobretudo o de género caracteristicamente popular, tem sido ambiente um tanto ou quanto cultivado, quanto a assuntos antonianos. Muitas dessas peças, mo-

nólogos, etc., não têm chegado a ser impressos, facto que nos deve alegrar...

Infelizmente, ao lado das produções imbuidas da inspiração ingénua do povo, que a seu modo sabe glorificar, com amor e alegria, o Santo lusitano, em outro género de teatro, o de revista, tem aparecido a figura augusta de Santo António.

O vulto do austero orador num tablado onde se exibem peças de baixa moral e de estética inferior, não é espectáculo de molde a prestigiar vulto tão insigne. Ver amesquinhar as grandes figuras nacionais, entristece aqueles a quem o patriotismo anima.

Das peças de teatro, antonianas, sobressaem duas: o *Auto de Santo António*, do poeta quinhentista Afonso Alvares, da escola de Gil Vicente, feito «a pedimento dos mui honrados e virtuosos cônegos de S. Vicente: mui contemplativo, em partes mui gracioso» e o mistério *Gabriel e Lusbel* ou o *Taumaturgo Santo António*, original de José Maria Braz Martins, escritor teatral e actor, peça representada, pela primeira vez, no ano de 1854 para a qual escreveu alguns números de música o compositor italiano, então residente em Lisboa, Ângelo Frondoni. Além de numerosas reposições cénicas, têm tido estas obras muitas edições.

De-certo a vida e milagres de Santo António foram tema de vá-

rios autos e peças, além das que acabo de citar: e de outras que correm impressas. Se dessas produções

Afonso Álvares deixou algumas composições do mesmo género do *Auto de Santo António*: os autos de



ORA PRO NOBIS BEATE ANTONI &

*Água-forte de Vieira Lusitano*

(15<sup>cm</sup>,6 × 14<sup>cm</sup>,8, pela linha interna da cercadura)

não chegou notícia até nós, deve-se isso, decerto, ao facto de não terem logrado as honras de impressão.

S. Tiago Apóstolo, de Santa Bárbara e de S. Vicente Mártir. Poetando com facilidade, comentando

por vezes com graça, êste modesto autor não se elevou a grandes culmínias, mas escreveu por vezes com certo sabor vicentino, como o atesta o final do *Auto*, em que os queixumes de Branca contra o espôso, os conselhos do Taumaturgo, etc. apresentam semelhanças com trechos das obras do fundador do teatro português.

Não deve também esquecer-se, numa justa apreciação crítica do valor desta e de outras análogas produções, que nos autos hieráticos da época o uso consistia em transplantar para o tablado as narrativas cheias de maravilhoso das lendas, a maior parte das vezes apresentadas com anacronismos chocantes. As obras agiográficas nitidamente inferiores contaminaram o teatro português nascente; contudo, dêste defeito quási não enferma o auto de Afonso Álvares, cuja acção se desenvolve sôbre um dos milagres atribuídos ao Santo: a ressurreição da criança afogada.

Quanto à interpretação das personagens dêste auto quincentista, feita pelo distinto escritor Sr. Gustavo de Matos Sequeira para as representações dadas no adro da Sé por ocasião das «Grandes Festas de Lisboa» de 1934, é bem notório o êxito que alcançou. A esta referência limito a minha citação, dada a impossibilidade de analisar neste momento, como merece, o trabalho do infatigável autor.

Falando de teatro popular, não devo esquecer que, na literatura de

cordel, se destaca o acto intitulado *Romaria ao prodigioso Santo António de Lisboa venerado (além do rio) na sua ermida da Charneça*. É dos mais curiosos modelos desta sorte de literatura, dos fins do século XVIII, atribuído a Nicolau Luiz.

Da vida e acções do Santo lisbonense ou apenas de temas levemente antonianos (como, por exemplo, *A noite de Santo António*, de Vasco de Mendonça Alves) vários autores dramáticos portugueses se têm ocupado, não tendo sido também olvidado o cinema, visto ter o Dr. Afonso Lopes Vieira elaborado o argumento e dirigido a execução de um gracioso filme infantil — *O afillhado de Santo António*.

Analisando todas estas produções e considerando o valor do teatro, quer na evocação de figuras históricas, quer na acção educativa, tão preciosa (quanto descurada!) ante as necessidades sociais modernas, temos de concluir que, neste ramo literário, não existe produção antoniana portuguesa de vulto. No entanto, a personalidade do Santo e o ambiente em que viveu, rico de beleza na sua evangélica pobreza, devem ser considerados mananciais esplêndidos de inspiração para muitos gêneros de teatro, sobretudo para peças à maneira de Ghéon.

Repetirei o voto formulado pelo Dr. Hipólito Raposo no final da sua conferência sôbre *Santo António no teatro português*, proferida em 1931 no Conservatório Nacional: «Quería

também ver altear-se a confiança de que surja ainda em Portugal o verdadeiro e grande dramaturgo de Santo António que, pela fôrça imperecível do teatro ou pelo poder de universalização da cinematografia, projecte no mundo inteiro, com vozes e sombras humanas, a sua figura excelsa de perfeição espiritual, reinvidicando-o assim para o lugar que lhe é devido na honra da nossa história, na nobreza da nossa cultura e no amor de todos os Portugueses!»

\*  
\* \* \*

A rápida divagação, acabada de fazer pelo campo literário, mostra que Santo António tem despertado geral simpatia entre os nossos homens de letras — raros serão os que não lhe tenham dedicado, quando mais não seja, uma quadra ou fugaz alusão — simpatia à qual nem sempre tem correspondido produção de obras de mérito. Também, no domínio da arte, se observa a mesma tendência para a interpretação dos mais sugestivos passos da vida do Taumaturgo.

### Santo António na arte

Paralelamente à deturpação que, sucessivamente, se foi manifestando nos escritos que do Santo se ocupam, também a sua figura, tal como as mais autorizadas fontes a descrevem, se foi adulterando na

pintura. De corpolento como é representado no fresco famoso da escola de Giotto, existente na Basilica de Pádua — no qual é inspirada a grande tela agora exposta nos Paços do Concelho, pertencente ao Patronato da Infância, com a particularidade de nela se ver também o Menino — e em outras obras coevas ou pouco posteriores, foi Santo António perdendo, na série de concepções pictóricas que o têm celebrado, as suas características, facto geral em tôdas as escolas, incluindo a portuguesa. Mesmo Columbano, no seu quadro célebre do Museu Nacional de Arte Contemporânea, se é certo que encontrou representação admirável para Jesus-Menino e ambiente de sonho para tôda essa produção genial; se idealizou o vulto do Santo deixando transparecer a chama quási divina que o animava em seus êxtasis, não acompanhou a tradição no concernente à composição do físico de Fr. António de Lisboa.

Frei Carlos, esse místico à maneira de Giotto, como alguém com propriedade o denominou, Gregório Lopes, o grande mestre quincentista, Vieira Lusitano, que nos legou belas gravuras e também alguns valiosos quadros antonianos como os existentes nas Igrejas de S. Roque e de S. Francisco de Paula, de Lisboa, e na colecção magnífica da Casa Palmela, Pedro Alexandrino, prodigioso pelo nú-

mero de telas sacras que trabalhou, o admirável Sequeira — a quem é devida uma pequenina obra-prima que tanto brilho dá à actual Exposição Antoniana — e tantos outros artistas, entre os quais muitos contemporâneos (dos quais sòmente citarei Carlos Bonvalot, de quem se encontram expostos os apreciáveis estudos para a decoração da abóbada da igreja paroquial do Estoril), quantas interpretações diversas têm apresentado do inclito Santo Português!

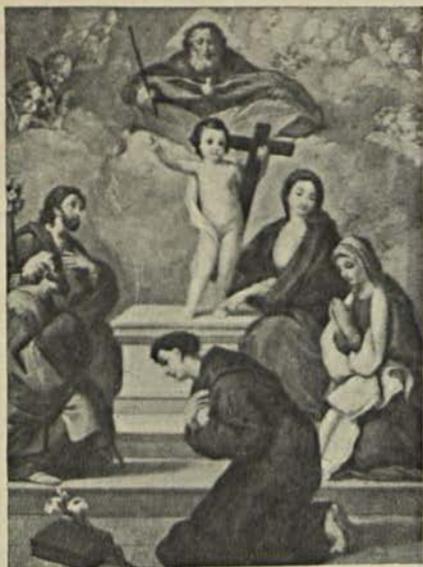
Na escultura a mesma variedade de concepções dessa figura, fonte inexgotável para grandes estatuarios e para modestos santeiros, quer como menino de côro na catedral de Lisboa ou cônego-regular em S. Vicente de Fora e Santa Cruz de Coimbra, quer como frade Menor nos Olivais e em terras estranhas...

Nos azulejos, a vida e milagres atribuídos a Santo António têm originado verdadeiras maravilhas, muitas presentemente desaparecidas ou mutiladas. A tradição da arte, tão nossa, do trabalho em azulejo é continuada hoje, com entusiasmo, em manifestação de verdadeiro renascimento, por numerosos artistas, entre os quais sobressaem Jorge Colaço e Leopoldo Battistini (estrangeiro este, mas sentindo admiravelmente os temas genuinamente portugueses), ambos representados por trabalhos notáveis na exposição Antoniana.

Denominar *nossa* esta delicada modalidade artística é designá-la com propriedade, porque os azulejos portugueses, que evoluíram contrariamente aos de Espanha — mantendo estes força de colorido e dureza de desenho, atributos representativos do caracter impetuoso do povo da nação vizinha — são belíssimos representantes do lirismo lusitano...

Na música erudita possuímos número assaz avultado de composições sacras em honra de Santo António, algumas devidas a grandes mestres dos séculos XVIII e XIX, como Leal Moreira, autor muito distinto, Joaquim Casimiro, italiano pela escritura mas sabedor e inspirado, e Marcos Portugal, o mais celebrado dos nossos músicos dramáticos — aquele que ostentou, pelo mundo fora, na sua carreira gloriosa, o nome da Pátria ligado ao seu próprio nome; — e muitas páginas profanas, embora raras composições deste género tenham atingido elevação. Entre estas é justo apontar a *suite* para piano, em três andamentos, *Santo António—Sobre a sua vida milagrosa*, trabalho de larga inspiração e de técnica aprimorada, devido à ilustre artista D. Maria Antonieta Lima Cruz.

Voto análogo ao formulado quanto ao teatro deve ser repetido em relação à música antoniana portuguesa, considerando ser esta arte tão propícia à exaltação das grandes figuras e dos altos ideais, mercê da



**SANTO ANTÓNIO EM ADORAÇÃO**  
Pintura em cobre de Pedro Alexandrino  
(0<sup>m</sup>,538 × 0<sup>m</sup>,405)  
Pertencente ao Sr. Afonso de Dornelas



**SANTO ANTÓNIO  
COM O LIVRO, ATRIBUTO  
DOS DOCTORES**  
Pintura seiscentista  
(1<sup>m</sup>,275 × 0<sup>m</sup>,630)  
Pertencente ao Rev. P.<sup>o</sup> Vital  
Cordeiro



**SANTO ANTÓNIO PRÉGANDO AOS PEIXES**  
Tela de Francisco Vieira Lusitano (0<sup>m</sup>,655 × 0<sup>m</sup>,500)  
Pertencente à Casa Palmela  
Exposição Antoniana — Lisboa — Junho de 1935

sua poderosa influência e inexgotáveis recursos, desde a avassaladora polifonia vocal à deslumbrante orquestração moderna.

Ao grande artista que é o povo tem de caber, por direito de justa conquista, larga referência nos estudos dedicados às manifestações antonianas. As suas produções, desde os ingénuos e encantadores *romances* aos cânticos em louvor do Taumaturgo, inspiradas umas pela mais ortodoxa piedade, reflexo outras da paganização do seu culto, constituem fonte tentadora para investigadores e folcloristas. Os limites de um trabalho como o que estou apresentando impedem-me, porém de considerar, embora na generalidade, êsse amplo quadro.

Para encerrar as considerações que acabo de dedicar à arte antoniana, direi que se impõe o inventário das obras portuguesas inspiradas na figura do genial orador ou em temas com ela relacionados. Se não possuímos a riqueza da produção artística de outros países (nós que, no entanto, dedicamos a Santo António o grandioso monumento de Mafra), restam-nos ainda bastantes trabalhos, cuja pesquisa, metódica selecção e conseqüente divulgação enriqueceria — em lugar honroso, creio — a preciosa e vasta colecção reproduzida nas páginas admiráveis da revista *Il Santo*, editada em Pádua por acasião do último centenário antoniano, e nas

dos livros célebres do Conde de Mandach, de Facchinetti e de Kleinschmidt.

Tal inventário forneceria possíveis subsídios de vulto para a resolução de problemas pendentes sobre o valor iconográfico de algumas antigas pinturas, além de poder revelar obras de índole diversa, do género, por exemplo, dos curiosíssimos trechos musicais do século XVII que, transcritos agora, pela primeira vez, em notação moderna, figuram na actual Exposição Antoniana.

Adicionando, a êste cometimento, pesquisas no âmbito da história e a publicação de uma «Vida» do Santo português que seja monumento digno da sua glória — obrigação que a rápida análise, acabada de apresentar, do movimento literário português relativo à sua personalidade e influência justifica e, mais, impõe — vê se quão vasto é o campo que se apresenta aos intelectuais que de tão sugestivos temas queiram ocupar-se.

Não o fazendo, hão-de os portugueses resignar-se a só compreender, a só sentir, quando longe da Pátria, a grandeza desta figura tão deturpada no seu País natal. O contraste entre a afeição, tão imbuída de superstição, do povo português ao

*Santatoninho, onde te porei?*

e a grandiosidade das manifestações que em honra do «Santo de todo

o mundo», se observam continuamente em Pádua, a cidade que guarda as suas reliquias, inspirou a um dos nossos mais ilustres poetas, Afonso Lopes Vieira, uma página de empolgante beleza, que o Sr. Prof. Lobo de Campos vai interpretar. Canto de guerra quando foi escrita, em que o poeta exorava, ao Santo, a salvação das suas duas Pátrias — Portugal e Itália — e da glória antiga delas, é hoje aqui reproduzida simplesmente como brado patriótico, que eleva os nossos corações perante a glorificação de um português insigne.

### Santo António

Canto escrito em Junho de 1918, em plena  
Grande Guerra  
por Afonso Lopes Vieira

Dos olivais de Coimbra, onde mora e per-  
siste

A esparsa melancolia  
Do coração de Portugal,  
Por mandado do Sonho Heróico, tu partis-  
te,

— Ó Amadis da Ideal Cavalaria  
De que a Alma é o Santo Graal.

Partiste, e com teu Verbo encheste a Itá-  
lia e a Terra!

Foste a Boca inspirada,  
Foste o Mago orador,  
— Clarim do Céu vibrando à guerra  
Pela vitória da alma libertada  
Pela graça do Amor!

Foste o Braxo de Deus, o Jogral de Jesus  
Arrastando após si multidões extasiadas  
Pelo teu feliceiro Inlar;  
Tua Palavra foi um feitiço de luz,  
E saindo das ondas nazaradas  
Escutaram-te os peixes do mar!

Entanto, p'ra te amar e te poder sentir  
A ti, Teólogo e Sábio,  
O povo fez florir  
Um sorriso galato no teu lábio;  
E imaginou-te à tardinha,  
Junto às fontes que cantavam,  
Fazendo alegres milagres  
Nas bilhas que se quebravam...

Na Basílica, em Pádua, é que eu senti am  
[dia

Como a tua alma, ó Santo, revolta  
Na penumbra do templo e na aflicção do  
[mando:

Vi os aflitos, vi os desgraçados,  
Os cansados dos caminhos vãos,  
Virem, com um «pedido» íntimo e profan-  
do,

Pôrem no teu sepulcro ansiedades mãos...

Então, na comoção da saudade natal  
Da nossa terra bem-amada e ausente,  
Paz aí também a minha mão tremente  
Pensando em Portugal ..

E hoje, na hora dolorosa  
Do luto e da incerteza,  
Exoro, ó Santo, a tua alma ardente e ansio-  
sa

E a tua Raça portuguesa,  
Para que lá no Céu, onde a suave e forte  
Palavra tua esplende entre as estrelas,  
Intercedas por nós.....  
.....

E que o teu Verbo divino  
Renasça Idígido por nós,  
Esplendendo no milagre da tua voz  
A glória do *gentil sangue latino!*

### MEUS SENHORES

A complexa personalidade de Santo António de Lisboa não ficou suficientemente vincada através das considerações que, sobre a litera-



SANTO ANTÓNIO

Pintura em cobre de Domingos António de Sequeira

(0<sup>m</sup>,580 × 0<sup>m</sup>,277)

Pertencente à Casa Palmela

Exposição Antoniana — Lisboa — Junho de 1935

tura e a arte antoniana de Portugal, acabo de ter a honra de proferir perante V. Ex.<sup>as</sup> Não podendo neste monumento focá-la nos variados aspectos com que se nos depara, acrescentarei apenas mais algumas palavras ao singelíssimo epítome que tracei.

O lugar de Santo António, na Ordem dos Frades Menores, não é entre aqueles que legaram obras que, decorridos séculos, fascinam os filósofos e os eruditos. Lembremo-nos de que o franciscanismo produziu numerosos pensadores, entre os quais brilham Alexandre de Halles, S. Boaventura, Duns Escoto e Bacon... Contudo a sua prègação, adaptada, não aos auditórios iletrados dos campos, mas a públicos escolhidos, exigentes como os de hoje, capazes — segundo o dizer curioso de um historiador contemporâneo — de profanar a própria palavra de Deus, quando não apresentada a seu gôsto, revela a vastíssima cultura que possuía Santo António, que, como prègador, está entre S. Boaventura, que representa a eloquência solene, e Bertoldo de Batisbona, que simbolisa a oratória popular.

Como judiciosamente acentua Agostinho Gemelli, no tão valioso volume *Il Francescanesimo*, a cultura científica do nosso Santo e a forma da sua prègação (da qual o que até nós chegou, no dizer de Alves Mendes, são cinzas de um vulcão extinto) não estão em antagonismo

com os ideais de S. Francisco de Assis, como alguns escritores, pouco penetrados do espírito franciscano, têm afirmado. A conduta do humilde e douto religioso tem plena justificação no gôsto dos seus ouvintes. Com o distintíssimo autor italiano acabado de citar, pode afirmar-se que, antes que a Renascença espalhasse o gôsto pela forma, o famoso Franciscano português exemplificou a necessidade da palavra polida, do discurso trabalhado com arte. Foi, mesmo, um precursor, pois entre o século de Abélard e o século de S. Tomaz de Aquino, entre a época de S. Francisco e a época de S. Boaventura, António de Lisboa passou como um meteoro, unindo, na gama portentosa da sua palavra, a cultura e a piedade do passado aos germens do futuro.

A sua curta existência e as imposições de um apostolado intensíssimo não lhe permitiram, talvez, que legasse à posteridade obra profunda como os grandes teólogos da Ordem Franciscana; mas a sua ciência tem sido celebrada desde a sua época, representando-o numerosos artistas com o livro, atributo específico dos doutores, e dando-lhe esta alta qualificação vários officios litúrgicos.

Corre presentemente o processo de declaração de Santo António *Doutor da Igreja*. Eis um facto que sumamente deve interessar os portugueses, crentes ou não, porque todos têm o dever de exaltar as

grandes figuras nacionais, independentemente dos credos religiosos ou dos princípios filosóficos que professem.

Demais, contribuir para iniludivelmente demonstrar a superior mentalidade e a profunda ilustração do primeiro Português que logrou impôr em terras estranhas o seu nome, e de maneira tão avassaladora que é hoje o vulto mais universalmente celebrado do agiologio, é honrar a Pátria, provando a excelência do nível intelectual de Portugal, que nessas longinquas épocas soube formar, em centros afamados, Lisboa e sobretudo Coimbra, tão culto espírito.

Escritores insuspeitos quanto à orientação perante a Igreja (como, entre outros, Silva Pinto e Aquilino Ribeiro) têm focado, a propósito da peregrina figura de Santo António, estes dois problemas: a necessidade de arrancar ao âmbito restrito da apoteose erguida por um só sector do pensamento os homens que são lustre da Pátria, e a importância de irrefutavelmente se demonstrar ter sido a cultura do mais popular ornamento da religião seráfica adquirida em Portugal.

Admitindo que, perante as glórias da Nação, se devem abater as bandeiras representativas das diversas orientações sociais, religiosas ou filosóficas, não sei de vulto que melhor possa conquistar unanimidade de sufrágios. Divulgar perante o mundo, tão ignorante e

injusto perante a glória dos portugueses insignes, que Santo António, uma das figuras eternas da história da humanidade, incarna o génio do povo lusitano, é contribuir para o prestígio nacional, numa hora em que se procura vincar perante o estrangeiro o valor da nossa terra.

E como se não extinguirá a fervorosa e universal admiração pelo Santo, filho desta nobre cidade de Lisboa, perene será a glória que o seu nome augusto outorgará a Portugal.

Que movidos do amor à terra bendita que foi nosso berço, os portugueses menos affectos às ideias professadas pelo egrégio Santo de Lisboa e Pádua, acompanhem também, dando-lhe o caracter de unânime consagração, a saudação com que finaliso: *Ditosa Patria, que logo nos primórdios da sua existência, tal filho teve!*

## NOTAS

### I

#### Plano deste bosquejo

Pareceu ao autor que o tema escolhido para esta conferência era o que melhor se harmonisava com o objectivo da mesma: ser o complemento da Exposição Antoniana, número cultural de abertura das «Grandes Festas de Lisboa». Não se abalançaria, porém, a versá-lo, dada a impossibilidade de apresentar, dentro dos limites impostos a trabalhos desta natureza, um quadro bem representativo da evolução da literatura e arte antonianas em Portugal,

se não se desse a circunstância de correr impresso o catálogo (e respectivo suplemento) daquela Exposição, obra de grande valor pelos importantes subsídios que ministra a quem pretenda estudar o assunto. Esse catálogo e a presente conferência — embora redigidos por autores diferentes — constituem, a bem dizer, duas partes do mesmo guia literário-artístico antoniano.

Com esta declaração ficam ressalvadas as numerosas omissões de autores e obras que se notam nesta conferência.

## II

## As edições da «Legenda prima»

D. Frei Fortunato de S. Boaventura dissertou com erudição, no primeiro dos dois apêndices, ã sua edição desta legenda, sobre o valor do manuscrito que traduzia. Passado mais de um século, continua a ser reconhecida, como no texto da conferência ficou exarado, a importância dessa biografia.

Como complemento esclarece-se que, em outro códice de Alcobça (também descrito no catálogo da Exposição Antoniana) se encontra um extenso fragmento desse basilar documento histórico, de que se conhecem, ao todo, umas nove lições em várias bibliotecas da Europa.

Além de edições fragmentárias, têm sido feitas da *Legenda prima* ou *Assidua* as seguintes impressões no íntegro, além da do docto escritor português citado (Coimbra, 1850):

*Portugallie Monumenta Historica*. Scriptorum. Tomo 1. Olisipone, 1856.

Josa (P. Antonio) — *Legenda, seu Vita et Miracula Sancti Antonii de Padua*. Bononix, 1885.

Hilaire (P... de Paris) — *Saint Antoine de Padoue et sa Légende primitive*. Montreuil-sar-Mer, 1890.

Kerval (Léon de) — *Sancti Antonii de Padua, Vita duae, quarum altera hucusque inedita*. Paris, 1904.

*Vida milagrosa de Santo António de Lisboa*. Reimpressão da tradução de Fr. Fortunato de S. Boaventura, feita no diário lisbonense *A Voz*, em comemoração do 7.º centenário da morte do Taumatargo. Lisboa, 1930-31.

Conconi (Filippo) — *Leggende di S. Antonio di Padova e altri documenti del secolo XIII a cura di...* Padova, 1930.

Conconi (Filippo) — *Le Fonti della Biografia Antoniana*. Padova, 1931.

Estas duas últimas obras apresentam, em confronto, os textos da *Legenda prima* e da *Anonima*, assinalando as variantes destas nos mais importantes dos códices conhecidos, e inserem, igualmente, com análogas anotações, as outras fontes históricas antonianas.

## III

## Santo António «Doutor da Igreja»

O exame dos fundamentos do pedido de proclamação do Santo português *Doutor da Igreja* é de grande interesse.

Em todos os trabalhos de valto, portugueses e estrangeiros, que da agiografia antoniana se ocupam, se encontram elementos para apreciação do assunto. Podem também ser consultados, para a devida elucidação do leitor deseioso de o estudar, os seguintes escritos:

Kleinschmidt (P. Bede) — *De S. Antonio Patavino ab artificibus qua docto representato*. In «Antoniana» (número comemorativo do VII centenário da morte do Santo). Roma, Junho de 1931.

*Summarium rationum, ob quas S. Antonius de Padua dignus putatur, cui titulus et honores Doctoris Ecclesiae referantur*. In «Acta Ordinis Fratrum Minorum» — An. III, fasc. VI, Junho de 1935. Este artigo foi em parte extractado, em parte comentado pelo Rev. Padre Aloísio Tomaz Gonçalves no fasc. V do Ano XXVIII do «Boletim Mensal. Órgão da Ordem Terceira e

Missões Franciscanas» — Braga, Maio de 1935.

Conconi (Filippo) — *Il Dotto*. Cap. III da Parte II do livro «Sant'Antonio di Padova. Saggio storico-critico». Padova, 1932.

No artigo *Santo António, leitor de teologia*, inserto no «Diário de Notícias», de Lisboa, de 21 Julho de 1931, o Dr. Alfredo Pimenta emite a sua erudita opinião acerca da cultura de Fr. António de Lisboa, concluindo que a Ordem dos Frades Menores é rica em santos e doutos, e que é entre os primeiros que o grande franciscano brilha. Não ter sido professor de teologia, mas simples leitor, não invalida, perante a análise da vida do Santo e em face da tradição, os argumentos em prol da sua elevação à categoria de *Doutor* — tal é a con-

clusão que parece poder tirar-se do estado minucioso da questão.

---

Tôdas as obras de arte, cujas reproduções acompanham esta conferência, foram apresentadas na Exposição Antoniana e acham-se mencionadas no catálogo respectivo. As fotografias da pintura de Domingos António de Sequeira e da tela da Casa Pombal foram feitas amavelmente pelo Sr. Mário Catarino Cardoso e as restantes pelo conferente.

Sobre as gravuras de Vieira Lusitano consultar o erudito estudo do Dr. Laiz Xavier da Costa *Francisco Vieira Lusitano poeta e abridor de águas-fortes*. 2.<sup>a</sup> edição. Coimbra, 1929.

# SUMÁRIO

## TEXTOS:

O PALÁCIO DO PÁTIO DO SALDANHA, Artur da Motta Alves — ALGUMAS PALAVRAS SOBRE O CULTO DE CAMÕES, Agostinho de Campos — SANTO ANTÓNIO NA LITERATURA PORTUGUESA, Júlio Eduardo dos Santos.

## GRAVURAS:

ÁGUA-FORTE DE VIEIRA LUSITANO — GRAVURA DE VIEIRA LUSITANO, PARA O LIVRO THESOURO ESPIRITUAL DA NOVENA DO GLO-RIOSO S. ANTÓNIO DE PÁDUA — ÁGUA-FORTE DE VIEIRA LUSITANO — SANTO ANTÓNIO — SANTO ANTÓNIO EM ADORAÇÃO — SANTO ANTÓNIO COM O LIVRO, ATRIBUTO DOS DOCTORES — SANTO ANTÓNIO PRÊGANDO AOS PEIXES — SANTO ANTÓNIO.

Capa (Anverso): — TRECHO DE PAINEL DE AZULEJO REPRODUZINDO A ILUMINURA DO REGIMENTO DE D. MANUEL AOS VEREADORES E OFICIAIS DA CÂMARA DE LISBOA (1502) — *Fábrica Constância* — *Cartão do prof. Leopoldo Battistini* — *Ornatos de Viriato Silva* — *Fotografia do Ex.º Sr. Comandante António José Martins.*

✱

Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais

Ano I — (N.º 1 e 2 — 182 pags.)

De Junho a Dezembro de 1931 — Esc. 10\$00

Ano II — (N.º 3 e 4 — 97 pags.)

De Janeiro a Junho de 1932 — Esc. 10\$00

Ano II — (N.º 5 — 25 pags.)

De Julho a Setembro de 1932 — Esc. 7\$00

Ano II — (N.º 6 — 48 pags.)

De Outubro a Dezembro de 1932 — Esc. 7\$00

Ano III — (N.º 7 a 10 — 76 pags.)

De Janeiro a Dezembro de 1933 — Esc. 25\$00

Ano IV — (N.º 11 — 36 pags.)

De Janeiro a Março de 1934 — Esc. 7\$00

Ano IV — (N.º 12 — 32 pags.)

De Abril a Junho de 1934 — Esc. 7\$00

Ano IV — (N.º 13 — 37 pags.)

De Julho a Setembro de 1934 — Esc. 7\$00

Ano IV — (N.º 14 — 78 pags.)

De Outubro a Dezembro de 1934 — Esc. 7\$00

Ano V — (N.º 15 — 29 pags.)

De Janeiro a Março de 1935 — Esc. 7\$00

Ano V — (N.º 16 — 38 pags.)

De Abril a Junho de 1935 — Esc. 7\$00

Por assinatura:

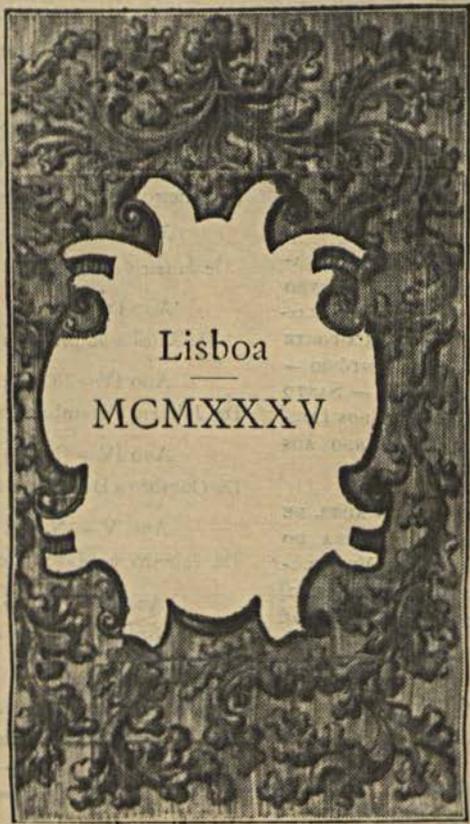
Prêço de cada número — Esc. 7\$00

Um ano — Esc. 25\$00

SOUSA MARTINS — *In Memoriam* — Esc. 40\$00

DEPOSITÁRIOS EM TODO O PAÍS:  
**Livraria Rodrigues & C.ª**  
RUA DO OURO, 188 — LISBOA

17/2



Lisboa  
MCMXXXV